

**ESTADO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO
MUNDO DO TRABALHO DA PESCA**

Pedro Henrique C. RAPOZO¹

RESUMO: Este artigo procura compreender a relação entre o desenvolvimento da atividade pesqueira comercial na Amazônia e sua relação com a adoção das políticas de desenvolvimento que marcaram as transformações socioeconômicas dos trabalhadores da pesca. Os modelos de desenvolvimento adotados para a Amazônia da segunda metade do século XX possibilitaram outras formas de ação e de apropriação dos recursos naturais locais, ocasionando reacomodação estratégica do modo de produção capitalista na Amazônia, transformando as relações sociais de produção e as forças produtivas do setor pesqueiro.

PALAVRAS-CHAVE: Setor pesqueiro. Trabalho. Desenvolvimento econômico.

Estado e desenvolvimento: uma perspectiva sobre a questão ambiental

Pensar como reflexo a transição dos discursos sobre o desenvolvimento² e as transformações socioeconômicas do modo de vida dos grupos sociais e na Amazônia enquanto fenômeno investigativo, requer para além de um entendimento compreensivo da história, encontrar os mecanismos sujeitos à uma análise sobre determinados ângulos. Os discursos sobre desenvolvimento, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento são reflexos de condições históricas engendradas a partir de determinada situação social, envolvendo as transformações socioeconômicas do mundo, a crise racional do esgotamento não só dos recursos naturais, mas de uma esgotabilidade do saber técnico-científico que levou à uma complexificação e insurgência dos saberes produzidos como ausentes³ em esferas não-dominantes da ordem cultural e econômica, são frutos de uma

¹ Mestrando em Sociologia - Pesquisador do Núcleo de Estudos Socioeconômicos da Faculdade de Ciências Agrárias/ NUSEC/UFAM. UFAM - Universidade Federal do Amazonas - Pós-Graduação em Sociologia. Manaus – AM – Brasil. 69077-000 - pedro_rapoza@hotmail.com

² Não pretendo aqui, discorrer sobre as matrizes teóricas do termo desenvolvimento ou desenvolvimento econômico e seus desdobramentos conceituais. Importa-nos, mas do que nunca, perceber quais os direcionamentos políticos que levaram às transformações sociais do modo de vida da sociedade brasileira e em dimensões específicas da Amazônia como um recorte investigativo.

³ Boaventura de Sousa Santos (2006), ao desenvolver a idéia de uma sociologia das ausências retoma uma perspectiva de pensar criticamente as condições interpretativas dos fenômenos sociais globais para além das

simplificação dos discursos economicamente dominantes que cunharam, por exemplo, para a Amazônia brasileira dimensões estratégicas de desenvolvimento perpassando por vários setores da economia local, digo dimensões econômicas de desenvolvimento ao afirmar que no campo das contradições sociais pouco se fez ou se resolveu para solucionar os velhos dilemas desenvolvimentistas entre economia, ambiente e sociedade.

A relação antagônica entre economia e meio ambiente traduz-se na Amazônia como reflexos de um contraditório sistema de compreensão das dimensões de desenvolvimento da sociedade brasileira onde as esferas de ordem política, ao passo que externalizavam os fatores ambientais e internalizavam por vias do desenvolvimento os fatores econômicos⁴, sujeitaram grupos sociais, determinados setores de atividades de trabalho fundamentais à economia regional e modos de vida tradicionais ao que Octávio Guilherme Velho (1976) chamou de capitalismo autoritário, ou seja, as condições dos projetos de desenvolvimento baseados nas premissas do modelo de desenvolvimento econômico adotados pelo Brasil possuíam elementos particulares que acabaram desenvolvendo-se em países periféricos a partir de outra realidade, tornando real o mito do desenvolvimento (econômico) no mundo rural das comunidades e grupos sociais sujeitos às políticas do governo.

É necessário levar em consideração que os modelos dominantes de desenvolvimento econômico aplicados aos países subdesenvolvidos são impostos através de acordos internacionais e que inúmeros conceitos forjados no âmbito deste processo tornam-se consolidados enquanto discurso legitimador de determinados interesses estratégicos. Neste sentido, sabe-se que nas últimas décadas a questão ambiental vem tornando-se alvo de significantes debates no processo de tomada de decisão política no plano de intensificação da discussão entre meio ambiente e desenvolvimento (MELLO, N., 2006). Contudo, os discursos sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e ecodesenvolvimento aparecem na medida em que meados da década de 70, com a crise do esgotamento dos recursos energéticos, possibilitou o debate para pensar outros modelos e a possibilidades de adotá-los.

epistemologias do Norte globalizado, que se legitima enquanto ciência e discurso dominante ao produzir como ausente as experiências sociais e o conhecimento produzido nos países periféricos do sul, que hoje insurgem como uma sociologia das emergências ao se deparar com a crise produzida por um saber racionalizado, esgotado frente à crise social da razão nas sociedades contemporâneas.

⁴Ver Leff (2000) sobre a racionalização do capital ou a reapropriação social da natureza.

Segundo Daniel Brito (2001) as condições históricas do período do pós-guerra no Brasil, assim como aconteceu em muitos outros países, foi marcada por uma intervenção cada vez maior do Estado na economia, principalmente no campo das condições estratégicas de desenvolvimento e enquanto a consolidação dos ideais de nação. As teorias do planejamento deram suporte às políticas de desenvolvimento que buscavam o crescimento econômico. O planejamento, como forma de racionalizar as ações do governo em longo prazo, passou a ser o norteador das políticas econômicas, gerando no país uma **modernização paradoxal** ou uma **modernização da superfície** (BRITO, 2001), enquanto projeto racionalizador das instituições políticas criava ou acreditava em soluções por meio de medidas de desenvolvimento pela ótica econômica, que no entanto se traduziram apenas do ponto de vista econômico, não atingindo uma camada mais profunda da realidade brasileira, que tem haver com as contradições sociais geradas pelo discurso de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, compreender como se introjeta os discursos sobre a questão ambiental nas esferas políticas e econômicas do mundo das sociedades modernas em determinado momento histórico é um fator crucial para pensarmos do ponto de vista macro e micro-sociológico, as dimensões sobre desenvolvimento a partir de experiências sociais nos países periféricos, neste caso a experiência da sociedade brasileira, e a legitimação de um discurso consolidado enquanto estratégia política sob o desenvolvimento e as transformações de determinados setores de atividades de trabalho pertencentes ao modo de vida específico dos grupos sociais da Amazônia, em nosso caso as transformações socioeconômicas da atividade pesqueira na Amazônia brasileira e a dinâmica das relações de trabalho instituídas e resultantes dos modelos de desenvolvimento adotadas para a Amazônia que intensificaram ao mesmo tempo a sobreexploração dos recursos pesqueiros e tornaram latentes os conflitos socioambientais na medida em que o Estado não conseguia ver-se situado diante das contradições sociais causadas pelo projeto de modernidade⁵ acreditado.

⁵ Modernidade e Modernização são pensados aqui de maneiras diferenciadas, mas que dizem respeito ao mesmo aspecto central, as transformações sociais. Para Berman (1986) a modernidade traduz-se enquanto um tempo histórico, como uma fase, correspondendo a transformações do pensamento das sociedades, seus costumes, hábitos e valores; Modernização se caracterizaria enquanto processo de intensificação das transformações marcadas pela dimensão racional do modo de vida moderno.

O processo de modernização do Estado, as experiências de transição econômica de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial em ritmo acelerado (ou desenfreado) erigiram o discurso dominante entre o início do século XX até as últimas décadas do mesmo, sobre a priorização dos fatores econômicos como resposta aos problemas sociais, contudo a modernização do Estado brasileiro no início do século XX é reflexo do processo de racionalização ⁶ da sociedade na tentativa de buscar a eficácia do sistema produtivo, da administração pública das instituições políticas.

Segundo Brito (2001), a sociedade brasileira encontrava-se em uma condição diferente, a industrialização tardia significou a imposição de um ordenamento produtivo sobre a estrutura social cercada de elementos sociais tradicionais, que acabaram funcionalizando os elementos organizacionais do capitalismo industrial, intervindo diretamente na economia e redimensionando parcialmente os esquemas políticos tradicionais. Assim, a modernização do Estado brasileiro enquanto condição ao desenvolvimento incorpora certas dimensões do projeto de nação, na medida em que não absorve a busca por elementos da modernidade por um lado, e por outro acaba autonomizando a burocracia enquanto base ideológica que conduz por meio da técnica, do economicismo tecnocrático-estatal o processo de desenvolvimento do país.

Num aspecto mais amplo da análise, para Ruy Mauro Marini (2000), a formação econômica dependente que caracterizava as economias periféricas dos países subdesenvolvidos seria que, ao permanecer em torno do mercado mundial e subordinados aos centros do capitalismo, estas não teriam como constituir de forma consolidada seus mercados internos, perpetuando um modelo colonial de desenvolvimento dependente. Neste sentido, a América Latina ingressaria na etapa da industrialização a partir das bases criadas pela economia de exportação, ao mesmo tempo em que aprofunda a contradição própria de seu ciclo do capital e seus efeitos sobre a exploração do trabalho. O resultado disso é o não desenvolvimento de bases tecnológicas e, por conseqüência, o não surgimento das indústrias mais produtivas e também a necessidade da manutenção da superexploração do trabalho, em seus mais diversificados aspectos e formas de organização (CORREA; CARDEAL, 2006).

⁶A racionalização, segundo Weber (1991), é resultado de um desdobramento histórico com o aparecimento da sociedade industrial e a introdução de uma visão de mundo voltada para a objetividade e para a técnica.

A compreensão do fenômeno de consolidação do Estado brasileiro, em se tratando de um projeto de modernidade, é crucial para verificarmos como estas diretrizes nortearão ao longo das décadas seguintes (60 a 90) com as modalidades de governo em transição (ditatorial ao democrático-representativo) os programas de desenvolvimento econômicos para a Amazônia. Em todo caso, ao verificarmos a partir de quão significativo foram as transformações e reordenamento do setor pesqueiro comercial e de subsistência na região, poderemos ingressar num debate que envolve ao mesmo tempo Estado, sociedade e modelos de produção absorvidos por um discurso de desenvolvimento econômico que culminou com a intensificação das transformações sociais do trabalho na pesca e com a conseqüente crise do modelo de apropriação dos recursos naturais, levando mais do que nunca ao debate sobre Estado, desenvolvimento e economia sob uma perspectiva ambiental.

As transformações socioeconômicas da pesca e sua relação com as políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira: aspectos de sua dinâmica no século XX.

O desenvolvimento histórico das atividades pesqueiras deve muito aos processos sociais de intervenção e ação humana na região amazônica, de um lado, pela formação e ocupação humana de grupos sociais na região no período anterior a colonização e, de outro, a partir das estratégias e intensificação de interesses políticos com relação a sociodiversidade – e, nesse contexto, os recursos pesqueiros – encontrados, sempre na perspectiva de trazer o aprimoramento do processo de subsunção do homem ao ambiente.

Nessa perspectiva é possível traçarmos um quadro de análise que insere, ao mesmo tempo, o processo histórico vivenciado pelas populações locais no que se refere ao uso dos recursos pesqueiros, como atividade de reprodução de suas existências, como também as transformações socioeconômicas ocorridas nesse processo, sobretudo, no decorrer do século XX, sem deixar de pensar, é claro, no nível das macro-ações, ou seja, nas estratégias de intervenção político-econômica na Amazônia aliado ao discurso de desenvolvimento.

É, pois, sob esta ótica que nos é possível perceber como as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas na região se articulam num processo histórico global que insere a Amazônia num discurso onde a intensificação de estratégias que solucionassem a

assimetria entre o desgaste dos recursos naturais e o modo de produção vigente tornou-se uma preocupação global, onde se localizam processos mundiais que determinam, impulsionam ou imobilizam toda a dinâmica em curso da Amazônia como região posta no mundo (SILVA, 2002). Neste sentido, o plano de ação para modelos de desenvolvimento econômico possibilitaram a articulação de propostas que assegurassem sustentabilidade e crescimento econômico, ao mesmo tempo em que assegurava a acomodação estratégica do Capital (LEFF, 2000) como modelo de produção vigente e inserido na região.

Segundo Batista et al. (2004), a importância da pesca na Amazônia remonta ao período anterior a colonização, quando indígenas já utilizavam o pescado como parte essencial de alimentação (VERÍSSIMO, 1985) embora as necessidades primárias de proteínas dos ameríndios que viviam ao longo do rio Amazonas fossem satisfeitas por quelônios e pelo peixe-boi, verificou-se que a diminuição do consumo local de animais aquáticos devido à redução da população amazônica durante o período colonial foi contraposta ao aumento do comércio destes recursos, afetando inúmeras espécies de quelônios. Ao mesmo tempo, havia a intensificação do consumo do pescado, em muitos rios amazônicos, reduzindo também a fartura de algumas espécies cujas abundâncias tinham sido destacadas por naturalistas e viajantes:

A tecnologia de pesca utilizada apresentou uma evolução desde o contato dos indígenas com os portugueses. Redes passivas já eram utilizadas pelos índios Carajás do rio Araguaia, Pará, durante os séculos XVII e XVIII, sendo confeccionadas com feixes de fibra de *imbuíba* (*cecropia* spp.), estes apetrechos eram utilizados como barreiras ao deslocamento dos peixes que eram capturados manualmente [...] assim outras redes eram confeccionadas com outros materiais. (BATISTA et al., 2004, p.64, grifo do autor).

Veríssimo (1985) apresenta uma importante coleção de informações históricas com enfoque maior no Baixo Amazonas, onde destaca que já no século XV a administração do império colonial aproveitava o potencial pesqueiro da região para alimentação local e comércio, utilizando-o como moeda de pagamento e troca no século XVII. Para Batista et al (2004), tais preocupações geraram necessidades de controle da produção o que foi consolidado com a criação dos chamados pesqueiros reais, existindo três pesqueiros, em 1667, na Amazônia central, extintos em 1827. O desenvolvimento pesqueiro na Amazônia e

das ações do Estado podem ser distinguido a partir de três períodos históricos (RUFFINO, 2005), estes períodos combinam a relação entre a acentuada atividade de uso dos recursos naturais locais através da pesca e as transformações socioeconômicas decorrentes deste processo histórico.

Para Veríssimo (1985), a pesca na Amazônia caracterizava-se pela diversidade de modalidades, pela prática tradicional e sempre desempenhou papel de atividade complementar, integrada às demais atividades da economia familiar. Com relação à pesca, afirma que o uso do anzol, arpão, curral ou arco e flecha eram mais frequentes, sendo raro o uso de redes e tarrafas. Segundo Ruffino (2005), a pesca, em complementaridade com a plantação de milho, arroz, feijão, mandioca e frutas, mantêm-se, ainda hoje, como prática complementar a caca, a criação de pequenos animais etc.

Segundo Violeta Refkalefsky Loureiro (2001), as condições de vida e de trabalho do homem na Amazônia no momento anterior à ocupação recente⁷ foram marcadas pela acentuada taxa de população rural⁸, que habitavam as comunidades rurais, e pela produção econômica constituída pelo extrativismo.

As cidades e vilas ficavam situadas à beira dos rios e cumpriam a função de entrepostos comerciais que recolhiam a produção vinda do interior e que distribuíam os produtos procedentes das cidades maiores – Belém e Manaus, principalmente – as quais importavam os produtos industrializados do sul do país. (LOUREIRO, 2001, p.47)

A introdução do cultivo de juta, no final da década de 30, pela colonização japonesa, aliada à borracha, tornou-se importantes atividades econômicas, mas que entraram em crise na metade do século XX, dando lugar ao crescimento da atividade pesqueira como atividade profissional prioritária e/ou permanente. As causas socioeconômicas destas transformações foram induzidas pelo crescimento demográfico e o aumento da demanda urbana de pescado.

Até a década de 1910 verificava-se a preocupação das autoridades em preservar os recursos pesqueiros e evitar o uso de técnicas predatórias de pesca por intermédio de varias normas com o caráter de lei. Nesse período que poderia ser chamado de pré-legislativo, destacam-se dispositivos que

⁷ Leia-se como recente a integração da Amazônia aos modelos de desenvolvimento econômico e ao mercado nacional frente sua modernização às avessas,

⁸ Considerando que a população urbana era de apenas 37% até próximo da década de 60 (LOUREIRO, 2001).

proíbiam a pesca com venenos, tapagens e currais de pesca em rios e lagos [...] as comunidades ribeirinhas mantinham normas de controle da exploração dos recursos aquáticos, as quais faziam parte da sua tradição. (RUFFINO, 2005, p.14).

Até 1912, as leis eram promulgadas pelas municipalidades, após a criação da Inspetoria Federal de pesca, houve a centralização do controle da atividade aparecendo outros atos legais que viriam a transformar as ações sobre a pesca. Para Ruffino (2005), com a tecnificação do setor pesqueiro, a partir de 1933, a atividade passou a ser controlada pela Inspetoria de caça e pesca através do ministério da Agricultura subordinada ao departamento de Produção Animal culminando, em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, que buscava transformar o sistema tradicional de pesca praticado pelos grupos sociais rurais em uma atividade de caráter nacional e de alta produtividade, firmando-se convênios com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO e a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO, onde implementaram os primeiros estudos científicos sobre a pesca e o potencial das espécies mais capturadas. Esta preocupação estava condicionada a visão desenvolvimentista da região e a acentuada transformação do modo de produção capitalista, que nas próximas décadas marcaria as grandes mudanças decorrentes deste processo.

Estado, desenvolvimento e sujeitos sociais da pesca

A preocupação com medidas políticas de desenvolvimento trouxe para o país ⁹, uma reflexão recorrente acerca dos modelos que possibilitassem crescimento econômico e desenvolvimento social, sob a prerrogativa da articulação de tecnologias adequadas e modos de produção e apropriação dos recursos naturais compatíveis para o plano de **integração** da Amazônia ao Estado-Nação.

⁹ Sobretudo a partir do processo histórico iniciado no período pós-guerra, com a discussão sobre a criação e adoção de planos de desenvolvimento econômico pelos países desenvolvidos. A idéia de desenvolvimento acarretava para si um processo de priorização das questões econômicas que, no início, ocupou lugar central nos objetivos dos modelos políticos vigentes, capitalista e socialista, da chamada guerra fria, ambos viabilizando desenvolvimento pela perspectiva econômica. (STAVENHAGEN, 1985).

Segundo Loureiro (2001) os obstáculos ao desenvolvimento econômico regional e a integração aos mercados nacionais e internacionais era pautado pela insuficiência de capitais produtivos e de infra-estrutura capazes de pôr em marcha novos investimentos.

Para pensarmos nesta perspectiva associada às transformações socioeconômicas ocorridas na região amazônica que, sobretudo, afetaram a atividade pesqueira, é possível percebermos como elas foram adotadas, considerando alguns aspectos significativos para a ação de medidas políticas que se tornaram reflexo das condições atuais, da relação estabelecida entre crescimento econômico e sobrexploração dos recursos naturais. Este período caracterizou-se como um momento significativo para o desenvolvimento econômico da região – o que acarretou a expansão da atividade pesqueira, e a transformação de suas forças produtivas (da relação Homem e Natureza), e de suas relações sociais de produção (da relação Homem e Homem).

Para Batista et al (2004), na década de 60, três eventos são marcantes para os novos rumos da atividade pesqueira na região. O primeiro foi a introdução e a popularização do polietileno (ou isopor), como isolante térmico, permitindo a conservação e, portanto, a acumulação do pescado por mais tempo, viabilizando ampliar o raio de ação da frota. O segundo foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a partir de 1967, que causou um rápido crescimento da população urbana da cidade, via migração das populações rurais, ocasionando como reflexo os problemas relativos ao desenvolvimento da expansão de ocupações urbanas não planejadas, gerando aí, uma série de elementos problemáticos resultantes deste processo e que caracterizaram as urbes periféricas na Amazônia¹⁰.

Assim, ocasionou-se, nas cidades do estado do Amazonas, em geral, o aumento do consumo de pescado, incrementado por forte pressão no seu consumo estabelecendo um importante mercado urbano do produto pesca em razão da forte e densa migração do campo para a cidade. Em terceiro lugar, temos a introdução de linhas sintéticas, as quais popularizaram as redes de arrasto e de espera¹¹, facilitando o aumento do esforço de pesca e,

¹⁰ Para Edneia Mascarenhas Dias (1999) a *ilusão do Fausto* torna-se realidade na medida em que o desencantamento do mundo e das situações problemáticas da vida cotidiana em expansão nas cidades configura uma realidade não desejável para aqueles que possuíam expectativas com o modelo econômico adotado para a região.

¹¹ Apetrechos utilizados como técnicas de captura na pesca comercial.

consequentemente, da produção e otimização do setor, caracterizado pela alta-tecnificação e re-inserção do modo de produção capitalista.

A implementação de um conjunto de projetos, planejados pelo governo brasileiro, a partir de 1966, resultou em crescimento urbano acelerado, aumento demográfico e expansão das áreas rurais utilizadas diretamente. Com a criação da zona de livre comércio de Manaus, a Zona Franca, o estado do Amazonas passou por importantes transformações, incluindo ampliação do mercado para a pesca comercial. A pesca, então, deixou de ser um “problema localizado” para ser uma questão regional com fortes implicações econômicas, sociais, políticas, culturais e ecológicas.

O modelo de desenvolvimento pesqueiro, concebido na década de 60 e desenvolvido até o final da década de 80 pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, buscava, principalmente, o aumento da produção pela produção – desconsiderando o tempo de produção da própria natureza. A pesca era vista como um setor econômico, deixando de lado as suas outras dimensões a elas intrinsecamente relacionadas – as dimensões sociais, culturais e ambientais que interagem para o seu desenvolvimento (RUFFINO, 2005).

No processo histórico dos modelos políticos adotados nesse período, a introdução da noção de desenvolvimento apresentou-se na perspectiva de mudança econômica, evolução, mudança contra a noção de atraso. Rodolfo Stavenhagen (1985) observa que o discurso econômico enquanto remédio para o atraso “naturalmente” se afirmava a partir do crescimento econômico em diferentes contextos, visava o aceleração e enfatizava a necessidade de uso dos recursos naturais, sustentando como elemento chave ao Capital aliado às tecnologias.

Nesse contexto, a proposta de desenvolvimento econômico caracterizava-se pela própria especificidade do mercado de produção capitalista, como um fenômeno global, nas palavras de Ianni (1999), configurava-se como projeto e processo civilizatório mundial, que nesta perspectiva incorporava novas tecnologias produtivas e a transformação das organizações sociais tradicionais em organizações sociais modernas, marcadas por intensos processos de burocratização.

Este período é marcado pela implementação de programas políticos e militares que visavam estrategicamente a Amazônia a partir de um processo histórico e geopolítico

desencadeado no Pós-Guerra, tendo como concepção de desenvolvimento a abertura de estradas, implantação do Programa Operação Amazônica que estimulava a colonização e a ocupação e estabelecimento das fronteiras¹².

Estas ações caracterizavam-se, segundo Loureiro (2001), pelos inúmeros incentivos e vantagens fiscais aos empresários desejosos em investir capital na região; pela facilitação ao acesso de grandes extensões de terra e à natureza em geral, desconsiderando a legislação existente e ao direito de propriedade aos grupos sociais locais; a garantia de infra-estrutura para os novos projetos por conta do governo federal e, por fim, a utilização de Mão-de-obra barata de trabalhadores locais e de outras áreas do país.

Estas ações, que visavam o desenvolvimento econômico através da ocupação, instalação de infra-estrutura e um programa de incentivos fiscais que atraiu capitais nacionais e internacionais para a região¹³, foi marcada por uma abertura desenfreada para o desenvolvimento de atividades que potencializaram penosas transformações socioambientais para a Amazônia, do ponto de vista da seqüela deixada em seus grupos sociais e no ambiente físico. A SUDEPE, que institucionaliza a atividade pesqueira, em todo o país, formulando, executando e coordenando as políticas e as ações de pesquisa e ordenamento da exploração pesqueira, consolidou o segmento industrial pesqueiro e possibilitou a sobreexploração dos recursos pesqueiros ocasionado na década de 80.

A efetivação desse modelo de “desenvolvimento nacional”, que respondeu a políticas estratégicas idealizada para a região, baseou-se em incentivos a grandes empresas, por meio de benefícios fiscais¹⁴, estimulando a estruturação da indústria pesqueira, cujo crescimento estava defasado em comparação com outros setores da economia nacional. Essa nova dinâmica acarretou o agravamento das desigualdades, com relação ao acesso e ao uso dos recursos pesqueiros, e o estratificou em duas grandes categorias sociais.

¹²Para Bertha Becker (2006), a fronteira configura-se como fundamento histórico da produção do espaço regional e no caso da Amazônia deixa de ser o eixo central e se configura como uma efetiva região, nela coexistindo fronteiras de vários tipos

¹³Sobre estes processos Beth Mindlin (1970) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) explicam como se deu o planejamento no Brasil e a criação de projetos de desenvolvimento nos setores econômicos.

¹⁴A constituição de 1969 isentou de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) o pescado beneficiado e destinado ao Mercado externo (RUFFINO, 2005).

Esta situação caracterizava-se pelo aparecimento de dois sujeitos sociais, os pescadores artesanais, segundo Maldonado (1986), pela simplicidade da tecnologia produtiva, baixo custo de produção, relações de parentesco no âmbito do processo de trabalho, ausência de vínculos empregatícios, destinação mercantil e de uso próprio para o produto, autonomia de produção e dependência de terceiros para a comercialização. Por outro, o surgimento dos pescadores industriais como uma categoria em que vivenciam a condição do trabalho parcelizado na indústria, assalariado, ausente de controle sobre o processo produtivo (altamente sofisticado e gerenciado por terceiros), e uma produção exclusiva de mercadorias enquanto propriedade direta da empresa.

Segundo Pereira et al. (2007), a expansão do sistema rodoviário na Amazônia também contribuiu para a revolução comercial do setor pesqueiro, na medida em que serviu como alternativa de transporte do pescado, pois o escoamento da produção se limitava às vias fluviais e marítimas havendo uma incrementação da produção pesqueira por conta da demanda proveniente das capitais

A pesca tornou-se, assim, uma atividade economicamente dominante no seio da organização social e produtiva dos povos da Amazônia, haja vista que a comercialização do pescado tornou-se mais intensiva e extensiva, sendo valorizado como produto de troca.

Cresciam a quantidade de barcos de pesca industrial e surgiam as primeiras empresas de pesca industrial, ao mesmo tempo em que se introduzem motores a diesel e as fibras de nylon para redes de malhar, dando o suporte técnico que faltava para uma mudança qualitativa no poder de pesca. Surge, aqui, segundo Ruffino (2005), a figura do pescador profissional itinerante, que pesca de forma permanente em lugares distante da sua moradia e vende o seu peixe em frigoríficos e mercados dos centros urbanos. A alteração do modo artesanal de produção da pesca pelo modo de produção industrial, onde a máquina passa a ter a primazia sobre o elemento humano, representará uma espécie de golpe que dará o capital nesta ‘última posse’ do pescador – o que lhe havia restado do modo de produção tradicional. Em conseqüência, pode-se afirmar que a dominação se torna mais completa e radical: o trabalho em si (a condução do processo de trabalho) é agora posse real do capital, que passará a ditar a forma e maneira pelo qual ele será exercido. Para A. Mello (1994), o mundo especificamente capitalista de produção representa, nesta perspectiva, não apenas uma nova estruturação do

sistema produtivo erigido a partir da aplicação em grande escala da ciência e da maquinaria no processo imediato de trabalho aponta contemporaneamente um aprimoramento dos mecanismos de poder do capital, que passa a comandar a classe operaria inclusive por meio do trabalho em si, impondo-lhe mais produção em troca de salários proporcionalmente mais baixos.

A. Mello (1985) observa que não havia a figura do pescador profissional ou “especialista”, isto é, aquele dedicado exclusivamente à atividade pesqueira. Ao contrário, havia o que o autor descreve como pescador-agricultor, isto é, o pescador não profissional, aquele agente social que não fazia da pesca sua única base econômica, pois se tratava de uma atividade complementar da agricultura, da caça, do extrativismo e de outras atividades que praticava para a sobrevivência de sua família.

Mas as transformações que se sucederam no setor da pesca e na vida dos moradores da região formaram-se em decorrência das intervenções do Estado associado com os grupos economicamente dominantes – nacionais e multinacionais – que passaram a interessar-se pela exploração direta do setor na Amazônia. Pereira (2007) verifica que as mudanças na estrutura produtiva do pescado estiveram associadas à divulgação de uma verdadeira ideologia do progresso pesqueiro, que irá concorrer para constituir a atual estrutura socioeconômica e política da pesca comercial.

As categorias sociais distinguidas a partir das relações sociais e produtivas que compõem a estrutura socioeconômica e cultural dos grupos locais construíram singularidades sociais que nortearam a forma de uso dos recursos naturais, principalmente no que tange aos recursos pesqueiros.

É claro que as transformações ocorridas na região em decorrência da intensificação das atividades pesqueiras não fizeram com que os grupos sociais envolvidos na região ficassem de fora deste processo, tampouco que se sobressaísse de maneira benéfica. Segundo Ruffino (2005), o modelo de crescimento econômico adotado pelo governo militar acarretou grandes custos ao País, tanto em termos de agravamento dos conflitos sociais entre grupos com diferentes capacidades de exploração (por exemplo, pescador artesanal *versus* pescador industrial), como do ponto de vista ambiental, com o rápido esgotamento dos recursos

naturais e agravando ainda mais os conflitos e os processos sociais que desenvolveram na região reflexos destas ações.

Para Furtado (1993), a implantação do parque industrial da pesca na Amazônia teve como reflexo a invasão das áreas de pesca artesanal por barcos pesqueiros de grande porte, como resultado disso engenhos de pesca são destruídos, estoques pesqueiros e cadeias tróficas são seriamente comprometidos em seu ciclo biológico, devido ao ritmo do esforço de captura para fins industriais, ao mesmo tempo em que se observa o surgimento dos conflitos no campo da pesca. O que se justifica pelo fato de que:

Dos programas oficiais para desenvolvimento regional, nascem tensões e descrenças em suas políticas, em razão da exclusão do saber nativo como contribuição a esses programas, e ao desconhecimento da realidade por parte daqueles que detêm o poder de decisão. Como resultado, assiste-se, muitas vezes, à falência de programas, desorganização e miséria de grupos sociais [...] no conjunto, todos estes programas cravaram um rastro: a desorientação do caboclo amazônico que vive da pesca e de atividades afins, a migração rural-urbana com traços de irreversibilidade e tendências a *anomias sociais*. (FURTADO 1993, p.12, grifo do autor).

As imperfeições dos modelos econômicos adotados levaram o País a uma situação insustentável do ponto de vista financeiro, ocorrendo quedas significativas de alguns estoques de peixes tradicionalmente explorados. Assim, surgem no fim desse período regulamentações que tenderiam a monitorar a atividade pesqueira, delimitando o esforço pesqueiro, os tipos de aparelho permitidos, malhas, áreas de pesca, épocas do defeso e tamanho mínimo de captura e de cotas.

Nesse sentido, a competição entre os capitais, a busca de novos processos produtivos, a conquista de outros mercados e a procura de lucros provoca a dinamização das forças produtivas bem como o processo de racionalidade do lucro e da forma como novas tecnologias se combinam e aplicam-se nos diversos setores de produção, nas mais diferentes regiões e nações do mundo, em face da globalização¹⁵.

Após 1989, período marcado pelas ações políticas que caracterizaram um período de profundas transformações na Amazônia, datados pela consolidação da ocupação humana e

¹⁵O que podemos tomar como característico neste processo é salientado por Ianni (1999), quando afirma que, no modo de produção capitalista, as forças produtivas encontram-se todo o tempo numa interação dinâmica.

intensificação de uso dos recursos, desmatamento e concentração urbana, inicia-se um amplo debate nacional e internacional sobre o tipo de desenvolvimento que se pretende para a região. Assim, segundo Ruffino (2005) a busca de novas opções econômicas para a região fez emergir uma série de iniciativas voltadas à utilização sustentável dos recursos naturais.

A criação do IBAMA representava a preocupação de ações comprometidas com estes propósitos e também a incorporação de que para evitar o colapso dos recursos pesqueiros seria necessário pensar em ações que propiciassem o uso sustentado dos recursos, a economicidade dos empreendimentos e a justiça social.

Novas formas de usos dos recursos pesqueiros são pensados, a inserção do ecoturismo e a pesca esportiva podem ser pensadas como reflexos destas ações como opções econômicas não predatórias dos recursos aquáticos. Segundo Ruffino (2005) foram desenvolvidos a partir de 1993 diversos mecanismos gerenciais que possibilitaram pensar numa gestão integrada dos recursos ictiofaunísticos, que se fortaleceram com o estabelecimento de diretrizes claras sobre gestão integrada dos recursos, através de parcerias do IBAMA com diversas agências e instituições de cooperação nacionais e internacionais, com vistas à constituírem-se como reforços à iniciativa de trazer o discurso da sustentabilidade para a pesca na região, por meio de incentivo e ações bem como a pela participação da sociedade civil neste processo.

É interessante pensar na abertura e participação da sociedade civil neste processo, pois Furtado (1993) verifica que os grupos sociais que se sentiram, nas últimas décadas, atingidos em sua identidade cultural pelos impactos provenientes dos modelos desenvolvimentistas adotados vêm tentando reagir com muita dificuldade, esboçando experiências que apontam para alternativas e ascensão dos movimentos sociais reunido sob uma identidade comunitária, alguns avançados em outras esferas do espaço social enquanto organizações mais estruturadas, seja como sindicatos ou braços de partidos políticos.

Repensando as transformações no mundo do trabalho da pesca: dimensões articuladas entre Estado, Política e Economia na ação legitimadora do projeto de desenvolvimento

É possível pensar que, todos os fatores que contribuíram para o processo de incorporação das estratégias de desenvolvimento econômico aliado ao modelo de produção

capitalista da pesca comercial, elevaram o crescimento da economia e o acúmulo de capital, transformando radicalmente a estrutura produtiva da pesca na Amazônia. Contudo, não deixou de consolidar grupos economicamente hegemônicos, consolidando relações de poder, dominação, uso e exploração desenfreada dos recursos naturais patrocinadas pelos incentivos e pela forma com que tratou o Estado na busca por alternativas viáveis ao desenvolvimento econômico da Amazônia brasileira.

Esta relação, de fato, impõe a região Amazônica não somente como objeto de preocupação geopolítica estratégica, mais além, reflete suas feições históricas e políticas moldadas nos surtos de nacionalização/internacionalização dos seus lugares, estas estratégias e suas transformações decorrentes configuram uma ruptura entre as realidades pretéritas e presentes (SILVA, 2002).

As inserções destes modelos acabaram causando a transformação dos padrões de exploração das atividades pesqueira, a comercialização do pescado nas últimas três décadas exerceu uma reconhecida influência na diminuição da abundância dos principais estoques pesqueiros da Amazônia. Segundo Batista et al. (2004) o quadro social que se observa dentre as comunidades pesqueiras da Amazônia está marcado pelo o endividamento e exploração da força de trabalho dos grupos locais, transformações socioculturais destes, mediante a introdução de novas técnicas e métodos na pesca, aumento do esforço de pesca nos rios e lagos da região, bem como dos conflitos sociais, e pode ser considerado como resultante da intensificação da pesca comercial.

É elementar pensarmos que, o desenvolvimento histórico e socioeconômico da atividade pesqueira como atividade profissional e como uma dimensão da realidade do mundo do trabalho camponês da região amazônica, configura-se pelos processos que viabilizaram e inviabilizaram alternativas que são hoje frutos da dimensão ambiental e do debate que hoje se propõe acerca do uso racional e sustentável dos recursos pesqueiros.

É preciso verificarmos a historicidade destas transformações, desta forma é possível compreender relacionadamente os processo políticos regionais, nacionais e internacionais que colocam em xeque a realidade e as condições de transformações e reordenamento do mundo do trabalho e do modo de vida dos grupos sociais das regiões rurais da Amazônia. Só assim é

possível observar como estes processos foram articulados em um projeto de desenvolvimento aliado a um discurso dominante, ao do mito do desenvolvimento econômico, ocasionando para si e, substancialmente, para os grupos sociais rurais da região, enormes transformações socioeconômicas e políticas.

STATE AND DEVELOPMENT POLICIES IN THE BRAZILIAN AMAZON: THE SOCIO-ECONOMIC TRANSFORMATION IN THE WORLD OF WORK OF FISHING

ABSTRACT: *This article seeks to understand the relationship between the development of commercial fishing activity in the Amazon and its relation with the adoption of economic policies. The development models adopted for the Amazon of the second half of the twentieth century allowed other forms of action and ownership of local natural resources, leading strategic the capitalist mode of production in the Amazon, transforming the social relations of production and productive forces of industry fishing.*

KEYWORDS: *Fisheries sector. Labor. Economic development.*

REFERÊNCIAS

BATISTA, V. S. et al. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA, 2004. p.63-151.

BECKER, B. K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície:** estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA: NAEA, 2001.

CORREA, H. F.S; CARDEAL, A. M. D. O “Ornitórrinco” e a dependência no Brasil de hoje: atualidade e convergência entre o pensamento de Francisco de Oliveira e a teoria marxista da dependência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2006, Vitória. **Anais...** Disponível em:

<http://www.sep.org.br/artigo/_367_137058edd6aae95afed0291da2bc24f3.pdf?PHPSESSID=9d35d7260e241a3a350bf81d703e0f43>. Acesso em: 19 nov. 2008.

DIAS, E. M. **A ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

IANNI, O. Dialética da globalização. In: _____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.169-201.

LEFF, E. Estratégias do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável: racionalização do capital ou reapropriação social da natureza. In: LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: EDIFURB, 2000. p.259-301.

LOUREIRO, V. R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M. J. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p.47-70.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELLO, A. B. F. de. Pescadores da indústria. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.93-99. (Coleção Eduardo Galvão).

_____. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985.

MELLO, N. B. **Subordinação reiterada**: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: EDUA, 2006.

MINDLIN, B. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectivas, 1970.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. São Paulo: Papirus, 1990.

PEREIRA, H. S. et al. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P. (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007. p.171-195.

RUFFINO, M. L. **Gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2002.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico 1984**, Rio de Janeiro, p.11-44, 1985.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). São Paulo: Difel, 1976.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1985.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. da UnB, 1991.